

## O PROEJA EM INSTITUTOS FEDERAIS: UMA ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Aurélio Secundo Ferreira<sup>1</sup>

Gabriel Kafure da Rocha<sup>2</sup>

### Resumo:

Considerando a educação de jovens e adultos e suas adaptações ao longo dos tempos. O presente artigo tem como objetivo identificar quais são os caminhos possíveis, as dificuldades enfrentadas e os aspectos positivos da efetivação da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, nos Institutos Federais. Para a construção do presente trabalho foi realizado uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratória com abordagem qualitativa. Os principais resultados encontrados foram: o conhecimento histórico da categoria educativa analisada, as legislações pertinentes e sua implementação nos Institutos Federais. Esse estudo servirá de *insights* para o aprofundamento sobre os aspectos históricos, legislativos e teóricos sobre a EJA. Conclui-se afirmando que a educação de jovens e adultos é um direito como modalidade educativa.

**Palavras- chave:** Educação de jovens e adultos. Educação profissional. Institutos Federais. Aspectos positivos. Dificuldades enfrentadas.

## PROEJA IN FEDERAL INSTITUTES: AN ANALYSIS OF POSSIBILITIES, CHALLENGES AND PERSPECTIVES

### Abstract:

Considering the education of young people and adults and their adaptations over time. This article aims to identify the possible paths, the difficulties faced and the positive aspects of implementing professional education with basic education in the form of youth and adult education, in Federal Institutes. To construct this work, an exploratory bibliographical research was carried out with a qualitative approach. The main results found were: historical knowledge of the educational category analyzed, the relevant legislation and its implementation in Federal Institutes. This study will provide insights into the historical, legislative and theoretical aspects

<sup>1</sup> Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT); Especialista em Docência do Ensino Fundamental, Médio e Superior (FLATED/2013); Especialista em Psicopedagogia (IFPI/2014); Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia (UFPI/2011). E-mail: aurelio.secundo@aluno.ifsertao-pe.edu.br.

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia pela UFRN, Docente Permanente do ProfEPT IFSertãoPE e do PROF-FILO IFSertãoPE.

of EJA. It concludes by stating that the education of young people and adults is a right as an educational modality.

**Keywords:** Youth and adult education. Professional education. Federal Institutes. Positive aspects. Difficulties faced.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é um processo dinâmico que carece de constante atualização. As mudanças e transformações acumuladas ao longo dos tempos, contribuíram para avanços e retrocessos históricos que podem ser notados em nossa sociedade contemporânea. E uma das modalidades de educação onde ocorreram mudanças significativas, foi a educação técnica profissional.

Historicamente as escolas técnicas no Brasil remete a primeira década do século XX, precisamente em 1909 com o surgimento das escolas de Aprendizes e Artífices, que tiveram seus nomes mudados em 1937 para Liceus Profissionais. A partir desse período, essas escolas passaram por inúmeras modificações que resultaram no que hoje se constitui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Abreu Júnior, 2013).

Criados pela lei 11.892/2008, os Institutos Federais (IF) são instituições que tem em sua estrutura, o ineditismo por não copiar ou se inspirar em modelos de outros países. Com o objetivo de atuar nas diferentes modalidades de ensino, desde o ensino médio integrado/formação profissional até a pós graduação. Estabelecendo itinerários formativos, no sentido de reduzir as dificuldades de diálogo entre os níveis e modalidades de ensino. Possibilitando junto aos diversos territórios do país até os mais longínquos, a inserção e a continuação da formação dos alunos da classe trabalhadora e aos excluídos, a uma educação cidadã e inclusiva (Pacheco, 2020).

No entanto, uma outra modalidade de ensino que teve diversas alterações e transições foi a EJA (Educação de Jovens e Adultos). Desde o período colonial brasileiro até os nossos dias, esse segmento perpassou por diversas transformações e alternâncias tanto de caráter político-social quanto econômico, contribuindo para a mudança de paradigmas. Diante das mudanças inferidas pela realidade política, social e econômica, houve a necessidade de integração entre a educação profissional e o ensino médio na modalidade educativa da educação de jovens e adultos, surgindo

então, o PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos). Esse programa inicialmente se restringiu somente as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica e ao nível médio de ensino. Em seguida outros agentes e níveis de ensino foram contemplados por essa proposta (Dominguez; Ramos; Paniz, 2022).

Para melhor compreensão, convém relatar o que Silva (2012, p.12) explicitou quanto o surgimento e mudanças do PROEJA:

O Governo Federal instituiu o PROEJA através do Decreto de Nº 5.478/2005 de 24 de junho de 2005. Logo, a partir de ampla discussão com os diversos segmentos envolvidos, constatou-se a necessidade de mudanças em suas diretrizes e, em 13 de julho de 2006, é promulgado o Decreto de Nº 5.840, que revoga o anterior e passa a denominar o PROEJA. Uma mudança significativa introduzida por esse novo Decreto foi a ampliação da possibilidade de implantação de cursos PROEJA em instituições do sistema de ensino das diferentes esferas, ou seja, estaduais, municipais, em entidades nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical. Outra mudança importante foi a ampliação de sua abrangência, possibilitando também a articulação dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores com ensino fundamental na modalidade EJA. A legislação brasileira que trata do assunto estabelece como princípios a inclusão da população nos sistemas educacionais, a educação como direito e para toda a vida, a universalização do ensino médio, o trabalho como princípio educativo fundamentado na compreensão da condição humana de ação transformadora no mundo, a pesquisa como fundamento da formação do sujeito e a garantia de que os jovens e adultos trabalhadores constroem suas identidades no respeito à diversidade num conjunto de relações sociais.

Esse programa é pautado na formação integral do indivíduo possibilitando ao mesmo uma compreensão da realidade circundante, colocando o sujeito em contato com o mundo do trabalho com inserção política, social e econômica, contrapondo a formação aligeirada e direcionada para o mercado de trabalho, com viés somente mercadológico. Essa proposta de educação formativa integral do aprendente, dá um protagonismo político ao mesmo, com vias a inferir e intervir no mundo a sua volta a partir do ambiente educativo (Carmo; Amorim; Remédios, 2020).

Desse modo, se torna um grande desafio a implementação do PROEJA nos Institutos Federais com esse viés de formação humana integral, considerando o trabalho como princípio educativo em toda sua plenitude. Conforme Hickenbick e et al (2015) enfatiza que em todo o processo de mudanças de modelos, a inserção dos Institutos Federais na modalidade de ensino da EJA se torna um processo que deve

ser construído, possibilitando o pensamento crítico e reflexivo. E que todas as ações no direcionamento do aprofundamento da temática educação de jovens e adultos e suas vertentes, devem ser consideradas como o princípio de uma logo percurso contributivo para dar ênfase aos sujeitos que foram historicamente excluídos.

O estudo conduzido por Carmo, Amorim e Remédios (2020) evidenciou a importância de um olhar multidimensional concernente ao PROEJA quanto a formação humana em sua integralidade com vistas ao desenvolvimento do indivíduos em todas as suas dimensões de vida. Surgindo a necessidade de mais pesquisas diversificadas sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. No sentido, de conhecer suas perspectivas e estudar melhor esse público e suas necessidades específicas.

A partir desse contexto, esta pesquisa levanta o seguinte problema: como o proeja tem sido implementado nos Institutos Federais? com base nisso o objetivo geral desse artigo é identificar quais são os caminhos possíveis, as dificuldades enfrentadas e aspectos positivos da efetivação desse programa nos Institutos Federais.

A realização de pesquisas no contexto da educação de jovens e adultos, é de extrema importância devido a necessidade de compreender e evidenciar esse público tão estigmatizado em nossa sociedade, que são o jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudar na dita idade certa. A contribuição que esse estudo apresenta é uma maior compreensão do papel do PROEJA dentro dos Institutos Federais, tendo destaque para suas implicações, visando um permanente aperfeiçoamento do referido programa com alvo a recepcionar as demandas desse segmento educacional.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 ASPECTOS LEGAIS DA EJA E PROEJA COMO POSSIBILIDADES**

O ato de educar tem contribuído para a formação dos indivíduos em nossa sociedade. Essa ação é carregada de inferências e responsabilidades que podem mudar e ressignificar a vidas dos aprendentes. A educação traz reflexões que são



oriundas de expectativas, histórias de vidas, sonhos e possibilidades construídas na relação professor-aluno. Com o tempo as experiências e vivências advindas dessa relação são marcadas mutualmente e amadurecem o ensino e aprendizagem (Alves Silva; Santos,2021).

Nesse âmbito, experiências e vivências são palavras que fazem parte da Educação de Jovens e Adultos(EJA), historicamente esse segmento foi marcado por dificuldades, que estão presentes até hoje no campo educativo. Podemos destacar que a educação como direito para o público de jovens e adultos, se legitimou pela Constituição de 1988 e, continuou a receber reforço através das políticas públicas. A Lei nº 9.394 de 20/12/1996 conhecida desde o seu nascedouro como LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) definiu a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino, tendo como público alvo aqueles sujeitos que foram impedidos dos seus direitos de terem acesso ou darem continuidade aos seus estudos na educação básica na idade apropriada(BRASIL,1996).

Neste respeito, Goes e Lima (2021, p.189) destaca que:

Sendo estabelecida como modalidade de ensino a EJA torna-se uma política de Estado, sendo responsabilidade do governo investir na área, regulamentá-la e também incentivá-la. Como a LDB não especificou as normas complementares da modalidade, coube ao Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborar a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Essas diretrizes trataram das características da modalidade visando a garantia da efetivação da EJA nas escolas.

Notadamente, foi uma conquista plausível para a EJA as legislações citadas como a: CF/1988; LDB (Lei 9.394/1996) e as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Esses ordenamentos legislativos, foram imprescindíveis na implementação dessa modalidade de ensino em nossa sociedade, especialmente no contexto educativo.

Certamente, as discussões pelas quais a EJA perpassou se tornaram frequentes a partir dessas Leis e Diretrizes, e da necessidade urgente de garantir ações efetivas para esse público, estes foram componentes importantes para os avanços e efetividade dessa modalidade. E diante das várias mudanças e transformações provenientes do modo de produção vigente, urge a exigência para

uma integração dessa modalidade ao mundo do trabalho. Com este objetivo, foi criado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) (Santos; Silva, 2020).

A respeito desse programa, Oliveira *et al.* (2018, p.595-596) ressalta que:

O Programa de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído inicialmente pelo Decreto 5.478 de 25 de junho de 2005 e substituído pelo Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006, é um programa ofertado nas instituições federais de educação tecnológica, mas que pode também ser adotado pelos Estados e Municípios. O referido programa surge como uma nova perspectiva para jovens e adultos que não tiveram condições de completar a educação básica na “idade apropriada”. Dentro das concepções do programa, no Documento Base encontramos que o PROEJA, enquanto política pública, adquire sentido amplo, portanto, de contribuir para a inserção sociolaboral do grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de proporcionar uma formação profissional de qualidade (BRASIL, 2007)

Esse programa visa uma formação integral com o intuito de possibilitar ao indivíduo a compreensão da realidade social, política, econômica, cultural e do mundo do trabalho, distanciando-se de uma formação voltada a atender somente às necessidades mercadológicas. Abandona-se a perspectiva de formar estudantes aptos exclusivamente para o mercado de trabalho, para propor uma formação integral dos sujeitos, considerando estes como seres políticos, que podem compreender e intervir no mundo a partir da educação (Carmo; Amorim; Remédios, 2020).

No sentido de garantir essa formação humana integral, e associar a formação propedêutica com a profissional foram criados os Institutos Federais, que propiciariam acentuadamente uma revolução na educação profissional e tecnológica. Sua criação se deu pela lei nº 11.892, sancionada em 29 de Dezembro de 2008 pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A educação ofertada nessas instituições, se propunha a desenvolver um projeto democrático com a emancipação dos segmentos excluídos e subrepresentados em nossa sociedade.

Sendo um indutor de desenvolvimento esses centros educacionais buscam superar os conceitos e princípios norteadores da escola, incorporando os direcionamentos construídos na sociedade organizada. Tendo uma proposta de ensino e aprendizagem levando em conta a comunidade a sua volta em um processo

dialético, onde a comunidade educa e é educada, esse modo recursivo proporciona uma superação mais ampla da exclusão em nossa sociedade. Essa política educacional é a cara do Proeja, pelo mesmo possuir no seu âmago o potencial de inclusão e restabelecimento da vinculação educacional para o público de jovens e adultos (Pacheco, 2015).

Esse ensino revolucionário foi bem destacado por Pacheco (2011, p.11) em sua obra quando o mesmo enfatiza no item sobre formação de cidadãos para o mundo do trabalho, de qual seria o objetivo do Institutos Federais (IF), quando diz que:

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música, tão cultivada em muitas de nossas escolas, deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. Novas formas de inserção no mundo do trabalho e novas formas de organização produtiva como a economia solidária e o cooperativismo devem ser objeto de estudo na Rede Federal.

Diante do exposto, a formação oferecida pelos Institutos Federais de ensino, está além do seu tempo e combate a mercantilização da educação. O cidadão formado nessas instituições pode ser o que quiser, o ato de contemplação deve fazer parte da prática educativa, formar para o mundo do trabalho possibilita participar no arranjo produtivo de forma coletiva, trazendo mecanismo de participação mútua. Essas são características de uma educação pautada na cidadania e autonomia.

O Proeja nos Institutos Federais, são norteados por princípios visionários de integração da formação profissional e propedêutica, colaborando para desnudar a dualidade de conhecimento estrutural ofertado para quem pensa e quem executa. Essa modalidade educativa vem pretendendo alcançar como alvo essa indissociabilidade entre os ensinos.

A consolidação do PROEJA, mediante as teorias educacionais da EJA considerando o ensino médio e formação profissional são constituídos por seis (6) princípios norteadores: 1- Compromisso com as instituições que integram os sistemas de ensino públicos quanto a inclusão da população em suas ofertas educacionais; 2- Inserção orgânica da modalidade da Educação de Jovens e Adultos integrada a educação profissional nos sistemas educacionais públicos; 3- Universalização do

ensino médio com ampliação da educação básica; 4- Compreensão do trabalho como princípio educativo mediante a relação da EJA com o mundo do trabalho; 5- Pesquisa como fundamento da formação do sujeito; 6- Consideração das condições geracionais de gênero étnico-raciais como fundantes da formação humana e as formas de produção das identidades sociais. (Santos; Silva, 2020)

Certamente, levando em consideração as mudanças de concepções da educação profissional, o Proeja é tido como um mecanismo de mitigação das desigualdades sociais, visto que, oferece qualidade no ensino. Permitindo ao alunado se beneficiar de uma educação integral, que é responsável pela formação de sujeitos emancipados, autônomos, críticos, reflexivos e conscientes. Essa proposta de Educação de Jovens e Adultos Profissional, que é consolidada pelos Institutos Federais envolvendo a formação humana integral mediante o trabalho, se apresenta como uma nova concepção que pode garantir ao indivíduo o seu desenvolvimento em todas as suas amplitudes (Dominguez; Ramos; Paniz, 2022).

## 2.2- PERSPECTIVAS E DESAFIOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS FRENTE AO PROEJA

No contexto histórico, a educação tem sido palco de muitos embates, debates e discussões que permearam e permeiam todo o seu processo. As instituições responsáveis por sua implementação, tem ao longo dos tempos sofrido mudanças de institucionalidades. Nesse aspecto, a Educação Profissional no Brasil se destacou, com a implantação em rede nacional dos Institutos Federais (IFs) através da lei 11.892/2008, que trouxe uma nova institucionalidade a toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Para melhor compreensão, convém relatar que em nosso país a educação tem sido marcada pela estrutura dual entre ensino propedêutico e ensino técnico, este direcionado e pensado para a classe menos abastada a trabalhadora, e aquele para a classe mais abastada. Então diante, da perspectiva do materialismo histórico-dialético, podemos observar essa luta de classes que se coaduna com as políticas educacionais reducionistas, excludentes e hierarquizadas que serve para manter o status quo da sociedade e o poder hegemônico do capital (Nosela 2004; Marx 2008).



Uma vez que realizamos alguns esclarecimentos, convém considerar esse novo projeto institucional da Educação Profissional. Como destaca Silva, Mourão e Araújo (2022, p.3):

No que se refere à Educação Profissional e Tecnológica no Brasil enquanto política pública, a partir do governo de Lula, ocorre a reconfiguração da rede de educação profissional e tecnológica que visava a consolidação de reformas educacionais requeridas para o avanço econômico como estratégia de ação política e de transformação social. A conjuntura político-econômica impulsionava a criação de institucionalidade que se permeia na ideia que é preciso criar uma instituição de educação que pudesse corresponder ao momento de crescimento e modernização que o país atravessava. Esta nova institucionalidade apontava para um novo tipo de instituição identificada e pactuada em um modelo desenvolvimentista inovador em termos de proposta política-pedagógica que entende a educação como o compromisso político de transformação social voltado para a emancipação humana

Desse modo, essa nova roupagem atribuída aos Institutos Federais prefiguram uma perspectiva brilhante para uma educação consistente, holística e pujante. Colocando no centro do ensino e aprendizagem, a formação humana integral do sujeito. Essa proposta ousada e proeminente projeta o ensino como indutor de desenvolvimento, contribuindo para uma educação inclusiva e promissora.

Certamente, a reorganização da Rede Federal Profissional de Ensino através da criação do Institutos Federais foi uma guinada na educação brasileira, diante desse contexto podemos destacar a implantação do PROEJA como uma modalidade educativa que persegue a integração da formação básica com a profissional. Sendo uma política educacional inclusiva, que tem como público-alvo os adultos e jovens, proporcionando ao mesmos sua elevação escolar de forma qualitativa (Ramos, 2014).

A autora ainda aponta que a integração nessa modalidade de ensino é fruto de muitas lutas no campo educativo e fora dele, destacando em sua obra (Ramos, 2014.p.78-79) que:

A integração da educação básica com a educação profissional na modalidade EJA é uma conquista advinda de lutas pelo direito a educação e de resistências à lógica fragmentaria, focalizada, compensatória e reducionista das ações de formação implementadas anteriormente. Ela avança significativamente por se constituir como política de inclusão educacional, visando à elevação de escolaridade da população e uma formação de qualidade, mediada pelo trabalho, a ser assumida pelos sistemas e pelas instituições de ensino. Nesse sentido, o Proeja hoje apresenta finalidades, fundamentos e diretrizes que expressam o sentido que deveria ser dado à política pública nacional de formação de jovens e adultos trabalhadores

brasileiros. Ela se constitui, essencialmente em uma política educacional, que visa assegurar direitos, mas, também considerar os desafios e as contradições da dinâmica produtiva, como requisitos necessários a uma política educacional que vise a formação de sujeitos capazes de produzirem sua existência por meio de seu trabalho.

Nessa perspectiva, a integração entre educação básica e a profissional na EJA foi mediante lutas, resistências e superações. Se hoje temos o PROEJA de forma estruturada como um política educacional e não só inclusiva, é reflexo da instrumentalização de políticas públicas direcionadas para o segmento. Sendo ressignificado continuamente através do trabalho, construindo junto com os sujeitos sua própria existência.

Essa política educacional tida como, O Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), é um instrumento capaz de atender as demandas dos trabalhadores, no que tange a uma política nacional formativa da classe trabalhadora. Considerando os desafios e contradições que são iminentes ao modo produção vigente.

Essa constatação é crucial, para entendermos os desafios por uma educação de jovens e adultos na atualidade. Os conflitos, tensões e reivindicações fizeram parte de movimentos sociais pela educação de adultos nos últimos 50 anos. Um dos instrumentos utilizados foram o fóruns de educação de jovens e adultos nos estados, que segundo Di Pierro (2005, p.1130-1131):

funcionam como espaços públicos de gestão democrática e controle social das políticas educacionais. São espaços abertos, que possuem baixo grau de institucionalidade, têm caráter suprapartidário, reúnem uma pluralidade de organismos governamentais e não-governamentais e combinam atividades de informação, formação, mobilização e intervenção.

Nesses fóruns foram debatidos exaustivamente várias questões, que se concretizaram em desafios que podem nortear a Educação de Adultos e Jovens, podemos destacar dentre eles: Permanência dos jovens e adultos dentro do sistema de ensino com o objetivo de alcançar os mais elevados índices de escolaridade, Financiamento para esse público alvo. Flexibilização e adaptação de normas para um melhor aproveitamento, Formação inicial e continuada dos profissionais que atuam

nesse segmento. Inclusão natural nos sistemas de ensino da EJA. Esses desafios continuam presentes no contexto educativo contemporâneo (Di Pierro, 2005).

Haddad (2009) com suas relevantes contribuições para a EJA em seu trabalho a partir da CONFINTEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos) promovida pelas Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura possibilita um olhar mais atento para essa modalidade de ensino. Destacando a participação da sociedade de forma mais incisiva, a partir das articulações dessa conferência. Os fóruns foram cruciais para que a sociedade participasse das decisões quanto as políticas públicas definidas para o setor. O autor critica a criação de vários programas e projetos de diversas entes federativos que resultavam em desarticulação e falta de coordenação entre os mesmos. Outro motivo que dificulta em muito o desenvolvimento de políticas para a EJA é o financiamento pouco para os pobres, ou seja, ínfimo investimento para os Jovens e Adultos da classe trabalhadora. Culminando em estímulo para programas rápidos e aligeirados com professores, que não tem a formação específica para educar essa importante parcela da população.

Moura (2012) afirma ainda que a implantação na Rede Federal bem como nos municípios e estados da EJA profissional, tem tido pouco avanço para o objetivo proposto. Se tornando motivo de preocupação para os agentes envolvidos em sua implementação. O autor destaca pelo menos dois atenuantes que contribuem como desafios para essa modalidade de ensino. São eles: a ausência de uma política permanente de formação de professores tanto inicial como continuada para o segmento e falta de debates, discussões qualificadas dentro das instituições concernente ao prisma da formação integral tanto no ensino médio quanto no PROEJA. Esses fatores tem prejudicado a recepção dessa modalidade pelas instituições de ensino. Nesse sentido, Abreu Júnior (2013) acrescenta como um dos problemas relacionado ao programa e a Rede Federal a falta constante de material específico didático para trabalhar com esse público, bem como uma política de formação específica na área para a Educação Profissional de Jovens e Adultos.

E podemos afirmar ainda, um enorme desafio preconizado no Plano Nacional de Educação (PNE) para os últimos 10 anos 2014-2024 para essa modalidade de

ensino que é: Ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica articulada a educação básica (Dominguez; Ramos; Paniz ,2022).

Quanto aos Institutos Federais podemos destacar desafios que são intrínsecas a natureza de suas atividades e outras que se apresentam ao longo de sua criação, uma delas está relacionada a sua identidade institucional quanto a não ser nem universidade nem escola técnica, mais uma instituição inovadora. Se desenvolver de forma sustentável e inovadora. Colocar o território no qual a instituição está inserida como expressão das ações do instituto, possibilitando uma educação pautada na emancipação libertadora (Silvia; Mourão; Araújo, 2022, Freire,2018).

Ainda nesse contexto, como um dos desafios mais revolucionários seria a condição de certificar os aprendizados não-formais adquiridos durante a vida. Um outro aspecto desafiador e de grande relevância para a referida instituição, seria a atuação em toda a Rede Federal Nacional fortalecida no coletivo, trazendo um ganho de extrema importância. Outra dificuldade presente é a formação permanente e específica tanto de docentes quanto de técnicos. O acesso democrático e o zelo pela permanência do aluno é também um alvo a atingir (Pacheco, 2020).

Ainda quanto aos desafios, podemos notabilizar uma sobrecarga aos docentes, devido a oferta de vários níveis de ensino em uma só instituição. O trabalho docente vai ficando precarizado, devido ao excesso de atividades provenientes dessa verticalização, envolvendo o professor em um engajamento total. Essas condições que são impostas ao profissional na condução de seu ofício, o deixa exausto e afeta sua produtividade. O docente teria que exercer múltiplas funções, contribuindo fortemente para precarização do seu trabalho.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

Para a construção do presente trabalho foi realizado uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratória com abordagem qualitativa. Segundo Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica abarca toda a bibliografia que está disponível publicamente concernente a temática que se pretende estudar ou pesquisar. Tendo como finalidade



proporcionar ao pesquisador o contato com tudo que já foi filmado, dito e escrito sobre certo tema.

Para Severino (2017), essa forma de pesquisa se efetiva mediante registros provenientes de pesquisas já feitas, em diversas fontes como: livros, artigos, dissertações etc. Essa pesquisa é configurada pela utilização de informações trazidas por outros pesquisadores que se encontram devidamente registradas. Os escritos passam a ser fontes dos conteúdos temáticos da pesquisa. As contribuições dos autores dos estudos em análise passam a ser o instrumento de trabalho do pesquisador.

No sentido, de procurar trabalhos que já tornaram público e foram publicados sobre o tema pretendido. Buscou-se publicações como fontes de pesquisa através dos descritores: proeja and desafios/perspectivas; institutos federais; eja and possibilidades. As bases de dados consultadas na pesquisa foram: Google Scholar (Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil) e Portal de periódicos CAPES.

A questão norteadora que direcionou a busca por trabalhos nessa revisão de literatura foi: Como o proeja tem sido implementado nos Institutos Federais, a partir das possibilidades, desafios e perspectivas?

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA EJA E PROELA**

A nossa carta magna(CF/1988) trouxe uma segurança jurídica para a EJA, desde então políticas públicas nortearam essa modalidade, destacando o que seria um marco educacional para a educação, a tão debatida LDB que trouxe na sua essência a terminologia de modalidade de ensino a Educação de Jovens e Adultos definindo o seu público alvo (BRASIL,1996,1988).

Os avanços continuaram no tocante a implementação da EJA como modalidade, houve o acréscimo das Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens

e Adultos, no sentido de torná-la uma política de Estado com todo o apoio dos entes que são responsáveis pela educação no nosso país (Goes ; Lima,2021).

E diante das pressões advindas do capitalismo e das forças produtivas, se fez necessário a inserção do adulto ou jovem no mundo do trabalho. E para essa travessia direcionada para esse público alvo, surgiu através de decretos o PROEJA com o objetivo de integração entre conhecimentos e formação profissional. E no sentido de potencializar essa integração e alicerçar a formação humana integral nos mais variados níveis de ensino e modalidades, eclodiu os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Santos; Silva,2020, Oliveira; Azevedo ,2020; Carmo; Amorim; Remedios,2020).

Pacheco (2011,2015) destaca os Institutos Federais como indutores de desenvolvimento que tem uma proposta de ensino e aprendizagem arrojada e firme nas bases conceituais marxista da luta de classes contra hegemônica, na economia solidária, na coletividade e no cooperativismo. Essa política educacional se assemelhava as bases do PROEJA. Essa relação mútua entre a modalidade e os Institutos contribuíram para formar cidadãos autônomos, críticos e reflexivos.

Santos e Silva (2020) e Dominguez, Ramos e Paniz (2022) aponta os princípios norteadores como perspectiva para o PROEJA levando em consideração o ensino médio e a formação profissional. Tendo os Institutos Federais como parceiros nessa missão de formar o indivíduo em todas as suas dimensões a partir do trabalho.

#### 4.2 ASPECTOS POSITIVOS E DESAFIOS DA MODALIDADE PROEJA

Para Nosela e Marx (2004,2008) existe no sistema educacional uma dualidade estrutural que se reflete na educação. E através do método de interpretação da realidade (materialismo histórico dialético) podemos compreender essa realidade de lutas em nossa sociedade. Classe trabalhadora de um lado como sinônimo de superação e elite dominante do outro sempre querendo se manter e ampliar domínio, esse embate que é histórico infere no sistema educacional como um todo e contribui para aumentar suas desigualdades.

Silva et al (2022) enfatiza sobre a Educação profissional e Tecnológica a partir do governo Lula, que trouxe uma reconfiguração revolucionária para a Rede de Educação Profissional e Tecnológica. A situação política e econômica da época pedia uma solução de transformação institucional no meio educacional. Essa instituição deveria ser inovadora e indutora de desenvolvimento e que impactasse na sociedade para a sua transformação, mas mantivesse na sua essência a emancipação humana do educando.

Segundo Ramos (2014) essa reorganização da Rede Federal Profissional culminou no surgimento dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Onde foi implantado o PROEJA como uma modalidade educativa definida assim pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases), como uma política de inclusão. Isso foi fruto de muitas lutas para que essa modalidade educativa se constitui-se como tal e tivesse esse viés inclusivo, e mais ainda integrativo dentro da educação profissional. Considerando todos os desafios e contradições advindos dessa integração no meio produtivo. A concepção de formar o jovem ou adulto a parti do trabalho e não para ele, possibilitou segundo a autora uma formação humanista e não fragmentada, compensatória e excludente. Uma educação capacitadora de sujeitos que produzem a sua própria existência por meio do trabalho.

Di Pierro (2005) trouxe como resultado dos fóruns de debate, desafios como Permanência dos alunos, Financiamento para a EJA, Flexibilização adaptativa, Formação de professores e Inclusão de aderência as instituições. Já Haddad (2009) mostra como dificuldades a desarticulação de desorganização de inúmeros programas para a EJA, e confirma o baixo investimento para esse público bem como ausência de formação para os docentes.

Outro estudioso sobre a temática, o Moura (2012) confirma o vazio de políticas quanto a formação de educadores para a EJA e ressalta ainda, uma desconsideração para com ambientes de debates e discussões de forma qualificada no interior das instituições. O Abreu Júnior (2013) trata de um desafio relativo ao material didático específico que não existe, e ainda nos lembra sobre a formação específica para esse público que não é incentivada pelos agentes educativos.

Dominguez, Ramos e Paniz (2022) ressalta um colossal desafio que seria a ampliação da oferta Educação Profissional articulada com a Educação Básica. Sobre os institutos Federais que recepcionariam a EJA nessa articulação, Silvia, Mourão e Araújo (2022) fala sobre crise de identidade institucional. Pacheco (2020) como sendo um dos estudiosos do IFs, aponta desafios como: certificação de educação não – formal, coletividade institucional para o fortalecimento da Rede Federal nacional, acesso de forma democrática e permanência do aprendiz.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo almejou, por meio de uma pesquisa bibliográfica através da literatura consultada, identificar quais são os caminhos possíveis, as dificuldades enfrentadas e os aspectos positivos do PROEJA nos institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Buscou-se também conhecer como essa modalidade foi implementada no IFs. Tendo como base os resultados achados na construção da pesquisa, podemos afirmar que o objetivo proposto foi atendido.

Entre os principais achados, tem-se que esse estudo possibilitou conhecer a história perpassada pelas escolas técnicas, pela EJA e sua implementação na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica na forma de PROEJA. Ainda permitiu o melhor entendimento das bases legais que se apoiaram essa modalidade. Destacando a CF/1988, LDB e as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Sendo a partir desses ordenamentos uma movimentação para notabilizar a EJA como política de estado.

No que se refere a atender as demandas sociais e econômicas advindas do meio de produção vigente, e estudo constatou que foi necessário a criação de um programa que atendesse essa demanda, mais que contemplasse também a formação humana integral do indivíduo em todas as suas amplitudes. E para tanto, o resultado encontrado para atender a formação propedêutica e profissional de forma integrada a nível nacional, foi delegado para o institutos Federais contemplando toda Rede Profissional Federal de ensino.



No tocante, a atingir uma formação humanista e visionária e que não seja exclusiva para o trabalho, o estudo direcionou para contribuições do materialismo histórico dialético, como método interpretativo que explicita essa lutas de classes e dualidade estrutural. Por outro lado, foi encontrado na literatura vários desafios corroborado por vários autores, quanto a implementação do PROEJA nos Institutos Federais. No entanto, foram achados na pesquisa escritos que colocaram os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica na vanguarda de uma educação de qualidade, promissora, futurista e que pode fazer a integração das modalidades com uma formação humana integral.

Os resultados aqui reunidos nessa pesquisa podem servir de *insights* para o aprofundamento histórico legislativo da EJA como modalidade educativa e política pública de estado. Referente as contribuições teóricas e acadêmicas o estudo permitiu avançar com o diálogos dos autores em uma compreensão do fenômeno investigado. O referido trabalho serve de balizador para a identificação das dificuldades citadas pelos autores(a) com respeito EJA e PROEJA no ambiente dos Institutos Federais e até em outras instituições.

Assim este estudo contribui para, ajudar os agentes educativos públicos ou privados e políticos, na orientação de políticas para o setor e para a tomada de decisões. A utilidade dos achados dessa pesquisa, é percebida quando se traz os aspectos positivos, desafios e perspectivas do público alvo trazendo visões de diferentes autores que se convergem e divergem, no sentido de amadurecimento para as pessoas que se interessam pela temática.

Acerca das limitações presentes neste estudo, ressaltam-se que na metodologia poderia ter tido como critério da pesquisa, artigos dos últimos cinco anos. Ter incluído também critérios de inclusão e exclusão para uma melhor definição do material a ser analisado. Outra limitação constatada foi quanto a instituição estudada, se concentrado apenas nos Institutos Federais, poderia ter incluído os estados e municípios, bem como uma comparação entre os mesmos.

É importante destacar que esses resultados não são conclusivos. Sugere-se que sejam feitas pesquisas com critérios de busca que contemplem os artigos mais recentes, bem como sejam feitas escolhas baseadas em método de inclusão e

exclusão para uma melhor eficiência da pesquisa. O foco da pesquisa pode ser alargado para abarcar outras instituições, contribuindo com mais dados que podem ser comparados entre si para um melhor entendimento do fenômeno analisado.

Futuras investigações poderão ampliar a compreensão das perspectivas e aspectos positivos, bem como a explicitação mais pormenorizada dos desafios que são de diversas naturezas relacionados ao público de jovens e Adultos. Tivemos avanços, mais há muito o que melhorar no cuidado educativo a esses cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ABREU JÚNIOR, Jupter Martins de. Reflexões sobre a qualidade de ensino do PROEJA em instituições federais: tensões e desafios. **Colóquio Nacional-A produção do conhecimento em Educação Profissional**, 2013.

ALVES, Heryson Raisthen Viana; SILVA, Fernanda Sheila Medeiros; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. As contribuições de Paulo Freire à EJA no Brasil. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 3, p. 1-12, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [1988]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o programa de integração da educação profissional ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos – proeja. Brasília: Presidência da República, [2005]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm). Acesso em: 29 dez.2023.

BRASIL. **Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2006]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm#art11](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm#art11). Acesso em: 29 dez.2023

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996] Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 29 dez. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11,892, de 29 de dezembro de 2008.** Instituiu a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2008] Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 29 dez.2023.

BRASIL. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2014] Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 29 dez. 2023.

CARMO, Ana Carolina Rigoni; AMORIM, Elizabeth de Jesus Moreira; REMEDIOS, Sâmia Elene Lobato. O proeja como modalidade articulada à ept: uma análise sobre evasão escolar. **Cadernos de Educação Básica**, v. 5, n. 2, p. 187-206, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **RESOLUÇÃO. Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 29 dez.2023.

COSTA, Danielle Sobral Porto; AMORIM, Antônio. Desafios e perspectivas dos Alunos da EJA na Escola Contemporânea. **Cadernos de Educação Básica**, v. 5, n. 3, p. 25-44, 2021.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas da educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 1115-1139, 2005.

DOMINGUEZ, Enriete Cogo; RAMOS, Maria Rosangela; PANIZ, Catiane. Educação 'de Jovens e Adultos: Aspectos e Desafios sobre o Proeja. **EJA em Debate**, v. 11, n. 19, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65, ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra,2018.

GOES, Beatriz Aparecida Machado; LIMA, Tamara. A EJA E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: análise dos cursos de Pedagogia do Instituto Federal de São Paulo. **Communitas**, v. 5, n. 11, p. 188-204, 2021.

HADDAD, Sergio. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 355-369, 2009.

HICKENBICK, Claudia et al. Formação de Profissionais para a EJA: a trajetória do IFSC. **Seminário Nacional sobre formação de educadores de jovens e adultos**, v. 5, 2015.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. Atlas. São Paulo:2003.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed.São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. PROEJA: entre desafios e possibilidades. **Holos**, v. 2, p. 114-129, 2012.

NOSELIA, Paolo **A escola de Gramsci**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Katiane Vargens; OLIVEIRA, Nair Mendes; SILVA, Silvana de Alencar; CUNHA, Tatiane Regina Alves; FILHA, Elizabeth da Cunha; ANTONELLO, Daisy Mirian. A possibilidade da oferta do proeja na perspectiva do ensino superior via ead nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **XVII Colóquio Internacional de Gestión Universitaria**, 2018.

PACHECO, Eliezer. DESVENDANDO OS INSTITUTOS FEDERAIS: IDENTIDADE E OBJETIVOS. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, nº 1, 2020.

PACHECO, Eliezer. Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. / Eliezer Pacheco. – Natal: IFRN, 2015.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais–uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Instituto Federal do Paraná, v.5. Curitiba:2014.

SANTOS, Jocemara Nascimento; SILVA, José Humberto. Educação Profissional e a EJA: uma análise da oferta do PROEJA nos institutos federais na Bahia. **e-Mosaicos**, v. 9, n. 22, p. 15-29, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**.23. ed. São Paulo: Cortez,2007.

SILVA JUNQUEIRA, Adenilda Rodrigues; SOUZA, José Carlos Moreira. Contemporaneidade de Paulo Freire na educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 2, p. e038-e038, 2021.





Criar Educação, Criciúma, v. 13, nº 1, jan/jun 2024.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

SILVA, Francislene Rosas; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; ARAÚJO, José Júlio César Nascimento. A constituição histórico-institucional da consolidação dos Institutos Federais de Educação no Brasil. **EccoS–Revista Científica**, n. 62, p. 21772, 2022.

SILVA, Nelson Duarte. **O PROEJA, segundo seus docentes**.2012. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012